

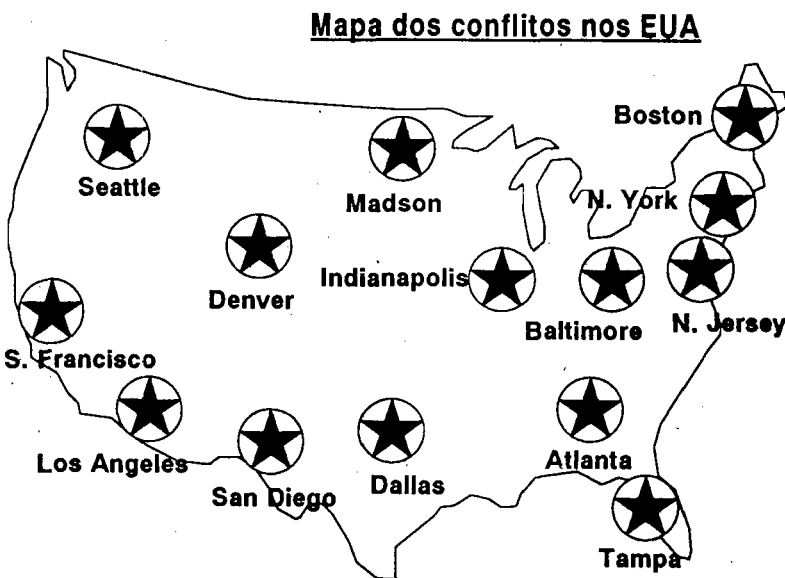
# Aconteceu

## Conflitos raciais questionam democracia norte-americana

A absolvição de quatro policiais brancos em Los Angeles que há um ano atrás espancaram um motorista negro após uma infração de trânsito, fato filmado por um cinegrafista amador e mostrado para o mundo todo, foi o estopim de uma série de manifestações e distúrbios que acabaram por se espalhar por um grande número de estados norte-americanos.

Os conflitos raciais não são novos nos EUA, porém nenhum anterior chegou ao nível dos que ocorreram na última semana. 49 pessoas morreram, 211 ficaram feridas em estado grave, 7.495 pessoas estão presas envolvidas em saques e agressões e os prejuízos chegam a mais de 600 milhões de dólares. Tropas federais foram enviadas a Los Angeles e o toque de recolher foi decretado.

Várias pesquisas realizadas por jornais e revistas norte-americanas apontaram que a população considera que a absolvição foi um erro e que o julgamento reflete preconceito racial contra os negros. O presidente da França, François Mitterrand, afirmou que a política dos EUA em relação



aos problemas sociais é "negligente".

Os distúrbios fragilizam a posição dos EUA em relação ao resto do mundo. Com altos índices de desemprego, especialmente entre os negros, com uma estrutura jurídica e social de discriminação e preconceito com relação aos negros e às minorias, a democracia americana se mostra ao mundo questionada por dentro dela mesma.

Principais choques raciais	
<b>Los Angeles (1965):</b>	34 mortos e 1.000 feridos
<b>New Jersey (1967):</b>	26 mortos e 1.500 feridos
<b>Detroit (1977):</b>	43 mortos e 2.000 feridos
<b>Miami (1980):</b>	18 mortos e 400 feridos

**ACONTECEU suspenso temporariamente para reformulações (página 2)**

Rio-92 ficará sem a  
Carta da Terra  
(página 4)

Coordenador do CEDI recebe  
Biblioteca - Kriemhild  
ambientalista nos EUA  
(página 2)

(X) Cadastrado
( ) Processado

056  
1992

Prezado leitor,

## uma pausa para reformulação

Após quinze anos e 589 edições a publicação do ACONTECEU se interrompe temporariamente para permitir uma reformulação editorial e gráfica.

Não foi uma decisão fácil para nós. A pesquisa realizada no final de 91 entre os nossos leitores, hoje mais de 8 mil para 4.249 assinantes, indicou a boa receptividade da publicação e, ao mesmo tempo, a necessidade da incorporação de novas seções, o que veio ao encontro dos desejos da equipe de editores. Isso implicará necessariamente um aumento do espaço, em número de páginas e/ou formato, um novo projeto gráfico e mais gente escrevendo e editando. Nesse momento não temos condições de manter a publicação e, ao mesmo tempo, desenvolver o novo projeto, até por motivos de ordem financeira.

Nos próximos meses a equipe de assessores dos vários programas do CEDI que tem dedicado parte do seu tempo de trabalho para redigir e editar o ACONTECEU estará empenhada, juntamente com o pessoal da produção gráfica e a direção do CEDI em viabilizar um novo projeto.

Esperamos voltar a entrar em contato com você em breve. Seu endereço será mantido no nosso cadastro.

## Coordenador do CEDI recebe Prêmio Goldman 92

No último dia 27 de abril, no Herbst Theatre em São Francisco, EUA, Carlos Alberto Ricardo, coordenador do programa Povos Indígenas do Brasil e membro da coordenação executiva do CEDI, recebeu o Prêmio Goldman 92. Beto foi escolhido por seu trabalho de 20 anos de documentação e informação ativas em apoio à luta dos povos indígenas por direitos permanentes no Brasil, sobretudo os direitos territoriais, pela abordagem inovadora na identificação e promoção dos vínculos entre direitos humanos e proteção ambiental no Brasil.

O Goldman Environmental Prize é um projeto da Goldman Envi-

ronmental Foundation, fundação norte-americana de caráter filantrópico fundada em 1989. As indicações ao prêmio são feitas anualmente através de uma rede de 18 organizações ambientalistas conhecidas internacionalmente e de um painel de especialistas de 25 países. A decisão final cabe a um júri composto por pessoas da Fundação, especialistas e convidados.

Beto recebeu o prêmio junto com mais cinco pessoas de outras partes do mundo: uma do Canadá, por seu trabalho de preservação das florestas; uma liderança das Ilhas Marshall, pelo seu trabalho de deslocamento de seu povo para escapar dos efeitos nocivos das partículas

radioativas liberadas nos testes nucleares realizados pelos Estados Unidos; uma indiana, por seu trabalho de oposição aos planos de construções de barragens que deslocariam milhares de pessoas no vale Narmada; uma francesa que luta contra o represamento e pela preservação do rio Loire na Europa; e, finalmente, um jovem da Costa do Marfim que tem se dedicado a proteger o que resta da ameaçada floresta de mangue no litoral daquele país.

O prêmio consiste numa escultura e 60 mil dólares. Por decisão do premiado, os recursos financeiros foram doados ao CEDI e a sua destinação será discutida junto com seus companheiros de trabalho.

### Aconteceu

Publicação quinzenal do CEDI — Centro Ecumênico de Documentação e Informação — 4.500 exemplares

**Editores (Interinos):** Orlando Jola/Sérgio Haddad ★ **Jornalista Responsável:** Magali do Nascimento Cunha (MTb 011.233) ★ **Editores Assistentes:** Beatriz de Moraes Vieira (Trabalhadores Rurais), Elie Ghanem (Educação Popular), Fany Ricardo (Povos Indígenas), Giancarlo Summa (Internacional), Magali do N. Cunha (Igrejas), Antonio Laigi Negro (Trabalhadores Urbanos), Paulo Tomasic (Economia), Luis Menezes (Meio Ambiente) ★ **Secretaria de Redação:** Beatriz Araújo Martins (RJ) e Vera Feitosa (SP) ★ **Documentação e Pesquisa:** Ângela Galvão ★ **Editores eletrônicos:** Maria Cristina Ricardo ★ **Fotolitos e Impressão:** Tribuna da Imprensa/RJ

Correspondências devem ser encaminhadas ao CEDI:

Rua Santo Amaro, 129

22211 - Rio de Janeiro - RJ ☎ Fone: (021) 224-6713 — Fax: (021) 242-8847 ou

Av. Higienópolis, 983

01238 - São Paulo - SP ☎ Fone: (011) 825-5544 — Fax: (011) 825-7861

## Protecionismo causa perda de US\$ 500 bilhões a países pobres

O acesso restrito aos mercados mundiais custa US\$ 500 bilhões por ano aos países em desenvolvimento e ameaça tornar ainda maior a já enorme diferença de renda entre os ricos e os pobres, afirmou um relatório das Nações Unidas divulgado no último dia 23 de abril.

"Um bilhão de pessoas, na faixa mais alta, tem uma renda 150 vezes maior do que um bilhão de pessoas, na faixa mais baixa, e esta disparidade dobrou nos últimos 30 anos", disse Mahbub Uli Haq, assessor especial do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e principal autor do relatório de 1992.

"A busca de um acesso mais justo a oportunidades de mercado deve estender-se, além das fronteiras nacionais, também ao sistema global, pois caso contrário as disparidades econômicas entre as pes-

soas mais ricas e as mais pobres explodirão", alertou Uli Haq.

O documento diz que uma mudança para mercados mais abertos dentro dos países em desenvolvimento não foi correspondida por um comércio mais livre em âmbito mundial. Ao contrário, a maioria dos países industrializados se tornou mais protecionista nos últimos dez anos.

A agência da ONU informou que até 1990 a quinta parte mais rica da população mundial ganhou 60 vezes mais do que a quinta parte mais pobre, o dobro da diferença em 1960.

O relatório afirma que as nações mais ricas têm 25% dos habitantes do mundo, mas consomem 70% da energia mundial, 75% dos metais, 85% de madeira e 60% dos elementos.

As restrições à imigração impedem também que trabalhadores dos

países pobres se movimentem em busca de melhores salários. "Todos os caminhos interessantes do comércio estão bloqueados", disse Uli Haq.

Entre outras recomendações, o relatório preconiza: as dívidas deverão ser reestruturadas, os mercados liberalizados e o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional deverão ser reestruturados. A ajuda deveria ser aumentada e realocada e todos os países deveriam reduzir seus gastos militares em pelo menos 3% ao ano.

Pede que seja adotado um "pacote global sobre o desenvolvimento humano" por ocasião de uma reunião de cúpula em Munique, em junho. Esse pacote teria o objetivo de reduzir a pobreza e a desnutrição e aumentar o acesso aos cuidados sanitários essenciais, à água potável e à educação. (*Gazeta Mercantil*, 24/4/92)

## Patente industrial tem oposição da Igreja

Há um ano em tramitação no Congresso Nacional, o projeto do novo Código Industrial ganhou recentemente a oposição da Igreja Católica, preocupada com a autorização de se patentear microorganismos criados ou modificados em experimentos de engenharia genética. Técnicos e parlamentares estiveram debatendo o projeto no final de março, na Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

A oposição da Igreja ficou clara no comunicado mensal nº 456 da CNBB, que levanta a possibilidade

de plantas, animais e até seres humanos virem a ser objeto de patentes industriais. "A dimensão ética está altamente comprometida", comenta o texto da CNBB.

A manifestação da Igreja esquentou o debate que já provocava controvérsias em torno de outro assunto: o reconhecimento das patentes farmacêuticas. O governo americano pressiona fortemente o Brasil para um reconhecimento imediato das patentes, enquanto a indústria nacional pretende conseguir

prazos escalonados para adaptar-se ao novo regime.

O Projeto de Lei nº 824, previsto para ir a plenário até junho, recebeu pressão de lobbies os mais diversos, dos laboratórios internacionais aos nacionais, de técnicos, engenheiros e cientistas, recebendo palpites inclusive do vice-presidente norte-americano Dan Quayle e do chanceler alemão Helmut Kohl, resultando ao final em 696 emendas ao projeto original. (*O Estado de S. Paulo*, 20/4/92; *CEDI*, 27/4/92)

## Comissões aprovam projeto sobre concessão de serviços

Uma nova modalidade de privatização estará sendo posta em prática dentro em breve. O projeto do governador de São Paulo, Luiz Antônio Fleury Filho, que regulamenta as concessões de serviços e obras públicas, foi aprovado no último dia 23 pelas comissões de Justiça, Serviços e Obras e Finanças da Assembleia Legislativa. O projeto já entrou em apreciação no plenário da Assembleia e a votação está prevista para o dia 28. Espera-se mais de dez horas de discussão; o PT promete obstruir sua tramitação.

Das 77 emendas apresentadas ao projeto original, apenas 16 foram aceitas pelo relator, deputado Edinho Araújo (PMDB). As emendas irão à votação no plenário juntamente com o projeto; elas não modificam a essência da proposta do governo paulista.

Pelo projeto serão inicialmente privatizadas as rodovias Castelo Branco, até Sorocaba, o complexo Anchieta-Imigrantes e o Anhanguera-Bandeirantes. (*Gazeta Mercantil*, 24/4/92)

### Lançamento

O CEDI publicará nos próximos dias o livro *A Dívida Contra o Direito* do jurista João Luiz Duboc Pinard. Este é o volume 5 da Coleção Dívida Externa.

Nas palavras do jurista Hermann Assis Baeta, este é o primeiro livro que estuda a engrenagem jurídica e legal do endividamento externo brasileiro, com riqueza de dados e informações.

Adquira já seu exemplar encaminhando pedido ao Setor de Distribuição do CEDI.

Av. Higienópolis, 983 - São Paulo 01238 - Tel. (011) 825-5544

## Rio-92 ficará sem a Carta da Terra

A Carta da Terra - uma espécie de declaração universal em que os países se comprometeriam a não destruir o planeta - está praticamente eliminada da Rio-92 por causa das divergências entre os países ricos e pobres. A versão preliminar do documento, que seria o de maior importância política da Conferência da ONU, foi transformada numa simples "Declaração do Rio" um texto de peso bem menor. A decisão foi tomada na quarta e última reunião do Prepcom que terminou dia 5/4 em Nova York.

As divergências estão centradas no problema financeiro. Quem vai pagar a conta, qual a conta, e em que termos, continuam questões abertas que não serão mais resolvidas na Conferência.

"Eu não gostaria de ver um texto chamado de Carta da Terra se não tiver os princípios que um documento desses requer, como o conceito de que o poluidor deve pagar", afirmou Maurice Strong, secretário geral da Conferência.

**As divergências** - Os delegados dos 160 países que deverão participar da Rio-92 estão às voltas com uma agenda imensa e profundos desentendimentos entre países ricos e pobres a respeito de quem deveria pagar pelos problemas ambientais do mundo.

Foram negociados na quarta reunião preparatória diversos documentos: a Carta da Terra, cujo texto final ainda está cheio de parênteses (que indicam divergências) e oscila entre uma constituição ambiental genérica e um conjunto de compro-

missos específicos; um acordo sobre transferência de tecnologias ambientalmente sustentáveis; uma convenção sobre biodiversidade; uma polêmica convenção sobre florestas; e a Agenda 21, além dos termos financeiros.

Na Agenda 21, um programa de ação para o desenvolvimento sustentável nas próximas décadas, foram observados os maiores avanços como a concordância em torno de medidas para proteger ecossistemas marítimos e espécies em extinção.

Mas as negociações sobre a Carta da Terra foram um fracasso, demonstrando a incapacidade de se chegar a um consenso sobre princípios. A questão da transferência de tecnologia ainda esbarra na divergência sobre quem deve recebê-la nos países em desenvolvimento, se os governos (como querem os delegados desses países) ou o setor privado (como querem os países detentores da tecnologia).

No caso dos outros acordos, as divergências ainda são grandes. Os países em desenvolvimento insistem em obter benefícios da engenharia genética desenvolvida a partir de seus recursos naturais (como as florestas).

E a questão básica do dinheiro para assegurar o cumprimento das normas de proteção ambiental da Agenda 21 permanece em aberto. A ONU estima preliminarmente que os países em desenvolvimento precisam de cerca de US\$ 125 bilhões para limpar seu meio ambiente. (*O Globo*, 4/4/92; *Gazeta Mercantil*, 6/4/92)

invés de um envolvimento mais amplo.

O papel das ONGs no âmbito da ONU na fase pós-Conferência do Rio é definido num dos parágrafos do texto sobre as instituições internacionais, um dos documentos que serão firmados na Rio-92. No lugar da função de consultoria, a versão submetida à aprovação mencionava vagamente, por sugestão do Brasil, que as organizações não-governamentais terão um "papel aumentado" no acompanhamento da Agenda 21. (*Jornal do Brasil*, 4/4/92)

### Os impasses nas negociações

**Florestas** - Impasse total. Os países em desenvolvimento (G-77) acusam os países ricos (G-7) de tentarem transformar as florestas naturais em recursos internacionais e reivindicam a soberania sobre seus recursos.

**Transferência de tecnologia** - Impasse total. Os EUA não concordam que os países do G-77 tenham acesso preferencial e não-comercial às tecnologias dos países ricos para poderem promover seu desenvolvimento sustentável.

**Oceanos** - Há uma pendência. O Canadá e a Comunidade Econômica Européia (CEE) divergem sobre a pesca em águas próximas às 200 milhas territoriais. Os canadenses alegam que essa pesca afeta a fauna dentro de suas águas territoriais.

**Recursos financeiros** - Impasse total. A CEE impediu que o G-7 discutisse a criação de novos mecanismos para financiamento de projetos ambientais. O G-77 quer a criação de um fundo verde para esses projetos e a criação de um novo fundo independente do GEF (fundo para o meio ambiente administrado pela ONU).

**Carta da Terra** - O que era para ser uma declaração universal sobre o meio ambiente se transformou em um texto que só cumprirá a formalidade de a Rio-92 ter um documento final de consenso.

**Resíduos químicos tóxicos e radioativos** - Por achar excessivas as restrições sobre a colocação de resíduos radioativos no meio ambiente marinho, os EUA exigiram que esse item não fosse decidido. (*Folha de S. Paulo*, 5/4/92)

## Brasil veta ação de ONGs

O Brasil e a China comandaram o veto à proposta para que as organizações não-governamentais (ONGs) tivessem um papel mais destacado no acompanhamento da Agenda 21. Por iniciativa do delegado brasileiro na reunião do 4º Prepcom que discutiu a questão, foi rejeitada a sugestão de dar às ONGs um papel de "consultoria" à ONU na área ambiental. A China, por sua vez, conseguiu que se restringisse a participação das ONGs ao sistema das Nações Unidas ligado à execução das decisões da Conferência, ao

## ONGs se organizam para cobrar decisões da Rio-92

As ONGs de todo o mundo estão planejando criar uma rede internacional com o objetivo de controlar e pressionar os países a cumprirem as promessas assumidas na Rio-92. Pelo menos 30 tratados de cooperação em várias áreas, como dívida externa, florestas e biodiversidade, estão sendo preparados por um comitê internacional para serem discutidos e assinados pelas ONGs durante o evento paralelo *Compromissos para o Futuro*.

É a primeira vez que organizações com interesses e culturas tão diferentes - incluindo índios, religiosos, ambientalistas e desenvolvimentistas, de países ricos e pobres - resolvem discutir suas diferenças e traçar um plano para trabalhar em conjunto. Pretende-se criar

uma espécie de instituição internacional de ONGs para coordenar as estratégias, monitorar o trabalho das próprias organizações e criar as bases para a cooperação no mundo inteiro.

Se um banco qualquer liberar um financiamento para um projeto que provocará desmatamento de uma floresta, nesse caso as ONGs que trabalham na defesa das florestas coordenariam uma campanha para boicotar o banco. Esse é apenas um exemplo do sistema de cooperação que as organizações de vários países pretendem implantar durante a Conferência.

Não se trata apenas de controlar os governos. Exatamente como os países estão fazendo, as organizações vão assinar no Rio uma decla-

ração de princípios e compromissos, uma espécie de "Carta da Terra" alternativa. Essa declaração deverá ser entregue aos representantes dos governos reunidos no Rio-centro. A instituição internacional a ser criada depois da Rio-92, portanto, pretende não somente monitorar os governos como controlar o próprio trabalho das ONGs. A idéia é assegurar que as próprias organizações cumpram o que prometeram.

A organização desse movimento é feita pelo Fórum Internacional de ONGs, que reúne cerca de 200 organizações. A preparação dos textos dos tratados e documentos está sendo feita por um comitê de 20 pessoas representando várias redes, entre elas o Fórum Brasileiro de ONGs. (*O Globo*, 15/4/92)

## A contribuição dos desmatamentos para o efeito estufa é pequena

O desmatamento na Amazônia é responsável por 1,4%, no máximo, da emissão anual de dióxido de carbono (um dos gases responsáveis pelo efeito estufa) em todo o mundo, segundo relatório do Painel Intergovernamental sobre Alterações Climáticas (IPCC), órgão ligado ao Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) e à Organização Meteorológica Mundial, a ser publicado em maio.

O relatório contém as mais recentes e confiáveis informações a esse respeito, e subsidiará a Convenção sobre Alterações Climáticas, prevista para ser assinada durante a Rio-92.

### Acordo deve antecipar a proibição dos CFCs

Um grupo de 150 especialistas de 56 países membros do Tratado de Montreal, chegou a um acordo sobre a necessidade de se eliminarem os principais gases tóxicos nocivos à camada de ozônio até 01/01/96, quatro anos antes do previsto. A decisão foi tomada em Genebra numa reunião realizada pelo Pnuma nos dias 6 a 15/4. A recomendação será apresentada aos governos membros do Tratado de Montreal, de 1987, para que seja referendada.

A suspensão total dos gases clorofluorcarbonos (CFCs) e outras

O meteorologista Luiz Meira Filho, diretor do Instituto de Pesquisas Espaciais (Inpe), é um dos cientistas responsáveis pelo relatório do IPCC. Ele explicou que as emissões anuais de dióxido de carbono feitas pelo Brasil se distribuem da seguinte maneira: 53 milhões de toneladas por queima de combustíveis fósseis (petróleo, carvão), 4 milhões na fabricação de cimento e 110 milhões por causa do desmatamento. São, portanto, 167 milhões de toneladas, significando que a participação brasileira no total emitido pelos países (7,6 bilhões de toneladas anuais) é de 2,2%. (*O Estado de S. Paulo*, 10/4/92)

substâncias químicas, em 1996, deverá permitir que a camada de ozônio se reconstitua mais rapidamente, "talvez em 10 ou 15 anos", segundo Mustafa Tolba, diretor-executivo do Pnuma.

Segundo o documento, o ritmo da perda de ozônio é mais rápido do que o previsto. Os especialistas afirmam que a redução da camada de ozônio afeta toda a América do Norte, uma grande parte da Ásia e quase a totalidade da Europa. Apenas os trópicos, conforme o documento, se salvam do efeito-estufa. (*O Estado de S. Paulo*, 16/4/92)

## O brasileiro e a ecologia

Uma pesquisa do Ibope e do Jornal da Tarde entrevistou 3.650 pessoas, nos meses de janeiro e fevereiro de 92, para mostrar o que o Brasil pensa sobre meio ambiente.

De acordo com a pesquisa, o brasileiro se interessa muito por meio ambiente, mas não conhece bem o assunto. A maioria da população nunca ouviu falar da Rio-92 e apenas 34% dos entrevistados sabiam o que será a Conferência e, mesmo assim, somente 12% conhecem os temas que serão discutidos.

O brasileiro considera a política ambiental do governo Collor pior do que a do governo Sarney. As perguntas sobre os governos Sarney e Collor foram feitas em separado e enfatizaram a política ambiental empregada por cada um. Ainda assim a resposta contém muito da insatisfação da população com o desempenho do governo em geral. As respostas estão mais associadas à economia do que à ecologia.

A pesquisa indicou também que 58% da população acha que o destino da Amazônia não pode ser decidido apenas pelos brasileiros e uma minoria, embora representativa, resiste à idéia: 29% discordam de qualquer intervenção estrangeira. (*Jornal da Tarde*, 9, 16 e 23/4/92)

## Violência no Campo

## Escravidão a 100 quilômetros do Rio

A pouco mais de cem quilômetros do Rio, numa fazenda no distrito de Papucaia, em Cachoeiras de Macacu (RJ), trabalhadores rurais, entre eles menores, estavam sendo explorados como escravos. A maioria, trazida de Santa Quitéria, no interior do Ceará, era vítima de maus tratos físicos. Quatro desses trabalhadores conseguiram fugir em 14 de abril e denunciaram a escravidão na delegacia de Cachoeiras de Macacu.

Eles contaram que na Fazenda da Grama, no quilômetro 32 da ro-

dovia Niterói-Friburgo, eram constrangidos a assinar recibos sem receber nada pela jornada de trabalho de até 16 horas diárias, incluindo fins de semana. Os trabalhadores acusaram os capatazes Domingos Sávio Bastos de Souza e seu irmão, Raimundo Nonato Bastos de Souza, também de Santa Quitéria, mas inocentaram o proprietário da fazenda, Ashimil Rozinco, que só vai à fazenda duas vezes por mês.

Os capatazes disseram que não deixaram os trabalhadores irem embora porque eles tinham, primei-

ro, que arranjar dinheiro para pagar a passagem de volta. Os acusados estão detidos e responderão a inquérito instaurado pelo delegado José Fernando Miranda. A polícia começou a fazer diligências na Fazenda da Grama e imediações, pois os fugitivos afirmam que há um verdadeiro arsenal de armas na fazenda. Os trabalhadores relatam também que, além de apanhar constantemente, não podiam escrever cartas para a família, nem falar de sua situação com ninguém. (*O Globo*, 24/4/92)

## Escravos são herança de projeto de Médici

Entre quatro e oito mil homens, conforme a época, vivem como escravos, trabalhando por comida, na região do Maciço Florestal de Ribas do Rio Pardo, Água Clara e Três Lagoas, em Mato Grosso do Sul, numa área de 600 mil hectares de cerrado (maior que Sergipe) escolhida pelo governo do general Médici, no início dos anos 70, para sediar um dos maiores projetos de reflorestamento de pinus e eucalipto do mundo. A um custo de 175 milhões de dólares em incentivos fiscais distribuídos entre 21 grandes empresas, a madeira deveria ser destinada a fábricas de papel e celulose. Vinte anos depois, a madeira foi consumida pelos fornos das carvoarias às margens da estrada que liga Campo Grande a São Paulo, e os *carvoejadores*, como são chamados os trabalhadores das carvoarias, vivem e trabalham em condições subumanas.

A fome e o alto índice de violência que imperam na região foram constatados por uma comissão de parlamentares, fiscais do Ministério do Trabalho, representantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e do Centro de Defesa dos Direitos Humanos Marçal de Souza, de Campo Grande. O prefeito de

Ribas do Rio Pardo afirma que "não tem o que fazer com essa gente" se as carvoarias forem fechadas pela fiscalização.

**Desafio** - A grande questão que se coloca é descobrir quem são os responsáveis pela exploração dos trabalhadores no emaranhado de siglas de empresas de reflorestamento, carvoarias, empreiteiros, subempreiteiros e *gatos* (fornecedores de mão-de-obra), que trazem os peões de Minas Gerais e do Nordeste para viverem como escravos, trabalhando sem direitos nem documentos, e sem condições de ir embora. Fiscais do Ministério do Trabalho já concluíram um primeiro cadastramento de carvoarias, cortadores e transportadores de madeira. Segundo seu relatório, as empresas Invest (do Grupo Etti), Itapeva, Transparaná e Finacial, do prefeito de Campo Grande, Lúcio Coelho, arrendaram as terras para empreiteiros de carvoarias em troca de 5% de participação nas vendas. Para cada subempreiteiro existem outros tantos com aproximadamente de três a seis empregados em condições precárias de higiene e saúde. (Ricardo Kotscho/*Jornal do Brasil*, 19/4/92)

*Os carvoejadores têm como defensora uma mulher, Iracema do Valle, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ribas do Rio Pardo, terror das empresas, empreiteiros, subempreiteiros e gatos que não cumprem a lei. D. Iracema organizada há sete anos, a partir de quando, segundo ela, muita coisa mudou no município, pois "o pessoal foi perdendo o medo" ao ver que providências podiam ser tomadas. Contando apenas com a ajuda de um filho de 16 anos e de uma advogada de Campo Grande, Maria do Carmo, d. Iracema não hesita em ir onde for preciso para apurar denúncias contra os trabalhadores do carvão, numa terra em que eventuais denúncias trabalhistas são resolvidas à faca ou à bala.*

*Até o mês de março último, ela contava também com a colaboração do padre Luiz Fantim, mas ele foi afastado da paróquia exatamente porque ajudava o sindicato e falava de direitos de cidadania nas missas. (Ricardo Kotscho/*Jornal do Brasil*, 19/4/92)*

## Show para Padre Ricardo Rezende

Chico Buarque, Caetano Veloso, Gilberto Gil, Djavan e Wagner Tiso se reúnem no dia 28 de abril, no Circo Voador, Rio de Janeiro, em um show beneficente, organização para denunciar a situação do padre Ricardo Rezende, pároco de Rio Maria (PA), jurado de morte

por sua luta em favor dos trabalhadores rurais do sul do Pará. A renda do show servirá para o custeio de despesas judiciais e organização de infra-estrutura do Comitê Rio Maria, que trabalha pela defesa dos direitos humanos na região. (*Jornal do Brasil*, 28/4/92)

## Previdência

O INSS prorrogou por 60 dias o prazo para que os aposentados e pensionistas rurais requeiram o pagamento de seus benefícios, suspensos em novembro de 1991. Para evitar demora, o INSS vai pagar com os valores originais de novembro. (*O Estado de S. Paulo*, 3/4/92)

## Sindicalista sofre terceiro atentado no Bico do Papagaio

O sindicalista José Alves de Souza, o "Zé Crente", 38 anos, membro do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Sítio Novo (TO), na região do Bico do Papagaio, levou dois tiros no dia 10 de abril, quando voltava para casa em companhia do também sindicalista Antônio Fernandes Pereira. Zé Crente ficou em observação na UTI do hospital municipal.

Estes sindicalistas estão ameaçados de morte desde 1985. Zé Crente já sofreu dois outros atentados, em outubro de 1985 e março de 1991. Em agosto de 1991, a Polícia Federal foi encarregada de dar proteção a três sindicalistas ameaçados. Durante sua permanência na região, porém, não chegou a identificar os responsáveis pelos atentados.

**Antecedentes** - Esse atentado a José Alves não é um fato isolado. Em abril de 1991, o delegado de polícia de Sítio Novo informou ao presidente do STR local sobre a existência de uma lista na qual três sindicalistas estavam marcados para morrer, por serem lideranças na região do Bico do Papagaio. Zé Crente e Antônio Fernandes, que estavam juntos no segundo e terceiro atentados, constavam dessa lista.

Zé Crente vive na área conhecida como assentamento São Jorge, ex-propriedade do fazendeiro Fausto Rodrigues da Cunha. Apesar de desapropriada, e de ter sido criado um projeto de assentamento, a área continua em litígio, por fazer divisa com outro lote que pertence ao fazendeiro, cuja demarcação nunca

foi feita, apesar das inúmeras reivindicações junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

Em reunião realizada em junho de 1991, em Araguaína - como desdobramento do Termo de Compromisso assinado pelo ministro da Reforma Agrária, Antonio Cabrera (Brasília, 12/6/91) - decidiu-se que o projeto de assentamento São Jorge era prioridade absoluta para execução dos serviços de medição. O Incra, porém, informou que não realizou a separação dos lotes por ter sido impedido pelos "funcionários" do fazendeiro. (*Comissão Pastoral da Terra/Araguaia-Tocantins; Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Tocantins*, 10/4/92)

## Trabalhadores ocupam sedes do Incra no Sul

Um grupo de 200 trabalhadores rurais, oriundos de diversos assentamentos no Rio Grande do Sul, acampou no dia 27 de abril em frente ao prédio do Incra em Porto Alegre. Os colonos reivindicam a execução do projeto "Terra Brasil", lançado em dezembro pelo governo, e que prevê o assentamento de 50 mil famílias em todo o país, além de recursos para os 80 assentamentos do estado. Segundo a Coordenação Estadual do MST, ninguém foi assentado desde que o projeto foi lançado, assim como os Cr\$ 500 milhões prometidos para o plantio e infra-estrutura nos assentamentos existentes não foram repassados.

Na mesma data, também em

Curitiba, cerca de 300 trabalhadores rurais ocuparam o prédio do Incra, protestando contra a demora na efetivação dos assentamentos no Paraná. Outros 700 trabalhadores ficaram do lado de fora, cercando o prédio. Os colonos garantem que não sairão até que obtenham compromisso de Brasília, estabelecendo prazos para novos assentamentos e para a liberação de Cr\$ 50 bilhões previstos no orçamento deste ano para o estado, onde existem seis mil famílias vivendo em 45 áreas não regularizadas, em permanente situação de conflito. Nas 66 áreas onde houve distribuição de lotes, falta infra-estrutura e apoio técnico. (*O Globo*, 28/4/92)

## Incra é acusado de superfaturamento

Em apenas dois dias como presidente interino do Incra, o chefe de gabinete do órgão, Amaury Pio Cunha, foi acusado de autorizar a compra superfaturada de uma área de 38,5 mil hectares em Vera (MT), de propriedade da Colonizadora Vale do Rio Ferro. Segundo o Diário Oficial de 20/4, a compra seria no valor de Cr\$ 13,35 bilhões, correspondentes a 203.903 Títulos da Dívida Agrária (TDAs), o que significa Cr\$ 350 mil/ha. Imobiliárias da região avaliam que o hectare não poderia ultrapassar Cr\$ 150 mil.

Além da denúncia de superfaturamento, feita pelo deputado Pedro

Tonelli (PT/PR), a transação corre o risco de ser invalidada pela Justiça, pois a área está em litígio desde 1986. Ninguém sabe ao certo quem é o proprietário das terras, e a Colonizadora é acusada de ter invadido terras na região.

Na área pretendida para assentar 400 famílias, vivem cerca de 1.600 pessoas. Tonelli encaminhará ao ministro da Agricultura um requerimento de informações sobre a compra de terras. O presidente do Incra, Renato Simplício Lopes, mandou sustar este processo de compra de terras até que se averigüe o caso. (*Folha de S.Paulo*, 28/4/92)

## Cabrera continua no Ministério da Agricultura

Após dez dias de indefinições, enquanto o presidente Fernando Collor fazia sua reforma ministerial, foi confirmada a permanência do ministro Antonio Cabrera na pasta da Agricultura e Reforma Agrária. A garantia de sua continuação foi facilitada pelo fato do ministro ter aceitado assinar a ficha de inscrição no Partido da Reconstrução Nacional (PRN), do presidente Collor. Anteriormente, Cabrera não era filiado a partido algum.

Mais aliviado com elogios recebidos do presidente, Cabrera anunciou mais um pacote de medidas para garantir a comercialização da produção de 1992 e viabilizar o plantio da safra de verão do próximo ano. Entre as medidas destacam-se a prorrogação dos reajustes dos preços mínimos até outubro e a liberação de Cr\$ 400 bilhões para que o governo compre excedentes.

A permanência de Cabrera no Ministério foi uma vitória da bancada ruralista do Congresso, que interessada em aumentar seu poder de fogo entre os agricultores, pretende obter o comando da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Cabrera admite que, se for interesse do governo, pode negociar politicamente o cargo. (*Jornal do Brasil*, 11/4/92; *O Globo*, 12/4/92; *O Estado de S.Paulo*, 20/4/92)

## Leonardo Boff publica novo livro com nova polêmica



Leonardo Boff vive nova polêmica

Uma série de notícias publicadas pela *Folha de S. Paulo* na segunda quinzena de abril revelaram que a Editora Vozes havia se recusado a publicar o novo livro do frei Leonardo Boff - *América Latina: da Conquista à Nova Evangelização* -, o que o levou a entregar o texto para a Editora Ática.

Já no dia 23 de abril, a *Folha* publicou que o cardeal-arcebispo de São Paulo, d. Paulo Evaristo Arns concedeu o *imprimatur* (autorização para a impressão) revertendo a a situação.

Segundo o frei Neilor José Tonin, editor da Vozes, o livro foi entregue para a Arquidiocese de São Paulo no começo de fevereiro. "Houve atraso na análise e aprovação do

livro", disse. Esse atraso fez com que Leonardo Boff enviasse seu livro para a Editora Ática, que vai editá-lo.

Na realidade houve restrições ao último capítulo do livro, que deve ser publicado em junho, onde Boff diz que a evangelização da América Latina causou mortes e a destruição da cultura. Isso se confirma pela contradição que existe entre a explicação da editora e as afirmações feitas por d. Paulo Arns. Ele disse, através de sua assessoria, que a autorização já havia sido enviada para a sede da Vozes em São Paulo há três semanas.

Segundo o assessor de d. Paulo Evaristo Arns, monsenhor Arnaldo Beltrami, "quem diz que a Arquidiocese de São Paulo atrasou na aprovação do livro não sabe o que está dizendo". Segundo ele, o cardeal Arns "gostou muito do livro" e "não encontrou nada no livro que possa desagradar o Vaticano". (CEDI, 22/4/92)

## A dívida externa e o Vaticano

A dívida externa é uma das questões que tem preocupado permanentemente o Vaticano. A tal ponto que porta-vozes da Igreja Católica e o próprio Papa João Paulo II não perdem oportunidade para tornar pública a sua inquietude sobre o assunto.

"A dívida externa é o anti-desenvolvimento e o anti-desenvolvimento é a guerra. E não queremos a guerra". Estas foram as palavras do delegado da Secretaria de Estado do Vaticano, bispo Ernesto Gallina, para juristas e políticos de todo mundo, reunidos em Roma no inf-

cio de abril. Essas pessoas, juntamente com representantes da Igreja Católica, participaram de um fórum jurídico sobre a dívida externa, organizado pela Universidade de Roma, a Pontificia Universidade Lateranense e pela a Sociedade de Estudos Sociais Latino-Americanos.

No encontro o jurista argentino Alberto Pedroncini, atuando como porta-voz de um grupo de bispos argentinos, expôs os argumentos jurídicos para decretar a ilegitimidade da dívida externa. Pedroncini baseou-se no fato de que os países

devedores têm perdido sua soberania e "as fórmulas de ajuste impostas pelo exterior têm passado a cumprir, de fato, a função da Constituição real".

"Muitas vezes na história da Igreja ocorreu que nos decidimos a atuar ante os problemas sociais quando já era tarde: tomávamos o último vagão do trem", reconheceu o bispo Gallina em sua intervenção. Mas advertiu que "isso não ocorrerá com a dívida externa que atormenta a vida de milhões de seres humanos". (Página/12, Buenos Aires-Argentina, 12/4/92)

### Fique por dentro do CONTEXTO PASTORAL

Para manter-se informado(a) sobre a conjuntura da Pastoral no Brasil e no mundo, os principais temas, debates e eventos, leia e assinie o jornal CONTEXTO PASTORAL, uma publicação conjunta do CEDI e do Centro Evangélico Brasileiro de Estudos Pastorais (Cebep). Um jornal-painel a serviço da Pastoral e dos cristãos na luta pela paz e pela justiça.

- Assinatura anual (seis n.ºs, encartes gratuitos): Cr\$ 12.000
- Assinatura de apoio (seis n.ºs, encartes gratuitos): Cr\$ 13.500
- Assinatura para Exterior: US\$ 15
- Número avulso: Cr\$ 1.200,00

Pedidos por cheque nominal para o Centro Evangélico Brasileiro de Estudos Pastorais (Cebep), Rua Rosa de Gusmão, 543, CEP 13073, Campinas - SP.

### Juventude Operária Católica realiza congresso

*Participação e Organização da Juventude Trabalhadora* é o tema do 5º Congresso Nacional de Jovens Trabalhadores organizado pela Juventude Operária Católica (São Paulo, 21 a 24 de julho de 1992).

Os organizadores pretendem reunir 15 mil jovens que, além do tema central, discutirão: violência, drogas, afetividade, sexualidade, desemprego, primeiro emprego, condições de vida e trabalho.

Maiores informações com Margarida Marques: R. Condessa São Joaquim, 215 - CEP 01320 - São Paulo - SP. Tel: (011) 227-8821. (CEDI, 27/4/92)



## Evangélicos a caminho do 8º Intereclesial de CEBs

Representantes das igrejas Metodista e Evangélica de Confissão Luterana, da Pastoral Popular Luterana, do Centro de Estudos Bíblicos (Cebi), do Centro Ecumênico de Evangelização, Capacitação e Assessoria (Ceca) e do Centro Ecumênico de Cultura Negra, estiveram reunidos no dia 26 de março para discutir a participação dos evangélicos da região sul no 8º Encontro Intereclesial de Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica (Santa Maria/RS, 8 a 12 de setembro de 1992).

O encontro teve como objetivo o apoio ao espírito ecumênico do 8º Intereclesial, por meio de informações, diálogo e discussões com as igrejas evangélicas sobre os objetivos e temário do evento.

O encontro contou com a participação do secretário executivo do Intereclesial, frei Egdio Fiorotti, e do pastor luterano de Santa, Maria Marcos Brechert que fizeram exposições sobre o evento e a participação dos evangélicos. A memória do 7º Encontro foi resgatada por meio

do vídeo (produzido pelo CEDI) *Os evangélicos no VII Intereclesial de CEBs* e de depoimentos de participantes.

Como desdobramento, o grupo propôs a manutenção deste fórum como apoio ao Intereclesial e espaço permanente de intercâmbio de experiências e de discussão de temas que façam avançar a prática ecumênica. A próxima reunião já está articulada: 4 de junho de 1992 (local: Ceca).

Os evangélicos do estado do Rio também estarão reunidos no dia 9/5 em Duque de Caxias (RJ) para discutir sua participação no 8º Intereclesial e eleger seus delegados.

Maiores informações sobre a participação dos evangélicos: pastor Claudio Ribeiro (Comissão Nacional Ampliada de CEBs), Rua Barão do Triunfo, 343/402, CEP 25070 - Duque de Caxias - RJ. Tel (021) 224-6713. Pastor Marcos Berchert (Secretariado Local), Caixa Postal 1581, CEP 97015 - Santa Maria - RS. Tel (055) 221-3842. (CEDI, 27/4/92)

## Faculdade de Teologia prepara Semana Wesleyana

Como acontece tradicionalmente, a Faculdade de Teologia da Igreja Metodista (São Bernardo do Campo/SP), realizará de 19 a 22 de maio a Semana Wesleyana - um evento de estudos pastorais e teológicos, em comemoração ao Dia do Metodismo - data que remete à experiência de João Wesley, pastor anglicano, fundador do movimento metodista no século XVIII na Inglaterra.

A Semana Wesleyana deste ano terá como tema *A Igreja Metodista diante dos 500 anos - repensando a evangelização junto aos povos indígenas*, com conferências, painéis e debates abordando os temas da evangelização, da cultura e da pastoral indígena.

■ Inscrições podem ser feitas com o coordenador da Semana Wesleyana, prof. Thomas Kemper Caixa Postal 5151, CEP 04735 - São Bernardo do Campo - SP. (CEDI, 22/4/92)

## As igrejas e a ECO-92

A um mês do encontro ecumênico *Buscando novo céu e nova terra - uma resposta ecumênica à cúpula da terra*, as igrejas têm realizado atividades preparatórias. Algumas delas:

**Luteranos:** O Sínodo (Conclio) do Distrito do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro, 4/4/92) reuniu cerca de 80 pastores e lideranças leigas. Dentre os diversos assuntos, um painel que discutiu por mais de duas horas a questão do meio ambiente e igrejas, a relação com a Conferência da ONU, o Fórum Global e o encontro ecumênico, com destaque para a contribuição luterana no processo.

**Católicos:** Uma reunião de cerca de 30 padres e lideranças leigas coordenada por D. Mauro Morelli (Duque de Caxias/RJ, 25/4/92) discutiu o significado do encontro para as igrejas católicas da Baixada Fluminense e a contribuição das comunidades para o evento. Foram formadas equipes de infraestrutura e acolhida para a Vigília de Pentecostes e a Celebração da Nova Criação (6 e 7 de junho).



**Metodistas:** Pastores e leigos metodistas da Baixada Fluminense estiveram reunidos (Duque de Caxias, 25/4/92) para tratar, dentre outros assuntos, da contribuição das comunidades para o encontro ecumênico - como elas podem receber e integrar-se ao evento. Planejou-se o recebimento de participantes do encontro

em, pelo menos, cinco comunidades para partilha de experiências.

**Cartilha:** *Sete momentos para celebrar o período entre Páscoa e Pentecostes* é o título da publicação preparatória para o encontro ecumênico. Com uma tiragem de 20 mil exemplares e distribuição gratuita, há um retorno positivo de católicos e evangélicos na utilização desse material de meditação e liturgia. Os textos procuraram trabalhar a sensibilidade das igrejas à temática e a disposição de responder ao desafio de um engajamento pela justiça, paz e integridade da criação.

■ Interessados ainda podem solicitar o material ao coordenador do Comitê Preparatório: R. Santo Amaro, 129, CEP 22211 - Rio de Janeiro - RJ. Tel (021) 224-6713. (CEDI, 27/4/92)

## Paralisia na política indigenista do governo Collor

Há quem duvide até que ela exista. Mesmo aqueles que se animaram com as demarcações de terras anunciadas no final de 91, como as dos Yanomami (RR e AM) e dos Kaiapó (PA), estão descrentes diante do quadro atual de paralisia das ações indigenistas do governo Collor. Há mais de 200 terras indígenas na fila do reconhecimento oficial (25 áreas na mesa do ministro da Justiça e 143 áreas para serem identificadas pela Funai) e um verdadeiro colapso das rotinas assistenciais, com graves consequências nas aldeias indígenas em todo o país.

**Demarcações** - Com relação às terras, há problemas nas várias fases do processo: a Funai alega não ter recursos orçamentários para levar a cabo um programa de identificação de áreas (143), tarefa inicial que lhe cabe. Há falta de vontade política do ministro da Justiça em assinar as portarias de delimitação

das áreas a ele encaminhadas pela Funai (25 terras), o que permitiria, teoricamente, suas demarcações físicas. Há meses o ex-ministro Passarinho nada assinava e o novo ministro ainda não se pronunciou a respeito. Mesmo que assinassem, a Funai não teria recursos financeiros suficientes para demarcar fisicamente essas terras. Sem entrar no mérito dos métodos e custos de demarcação praticados pelo órgão indigenista, o fato é que a Funai solicitou Cr\$ 95 bilhões ao orçamento da União para esse fim e só obteve a aprovação de modestos Cr\$ 6 bilhões, dos quais somente quatro foram liberados, contingenciadamente. Deste montante, praticamente já foram gastos Cr\$ 2 bilhões somente na demarcação da área Yanomami.

**Assistência** - No plano da assistência de saúde e educação a situação é ainda mais grave, porque há falta de entrosamento da Funai com

os outros ministérios que ficaram com essas incumbências e com os recursos correspondentes (ver quadro). Enquanto isso, faltam remédios nos postos e sobram contas não pagas nas farmácias das cidades onde a Funai tem suas administrações regionais.

Esse quadro de penúria favorece, em algumas regiões, o bote de agentes econômicos predatórios sobre os recursos naturais das terras indígenas. É o que está ocorrendo atualmente na região de Altamira no Pará (ver box).

No acender das luzes da Rio-92, Collor poderá usar a demarcação Yanomami como um grande trunfo, zelosamente cultivado pela administração Sidney Possuelo. No apagar das luzes, porém, o que restará além da monstruosa Funai e das incertezas quanto ao cumprimento do prazo constitucional de demarcar todas as terras indígenas até outubro de 93? (CEDI, 27/4/92)

### Recursos para "índios" no orçamento da União em 1992 (Cr\$ bilhões)

Fundação Nacional do Índio	23,7	(9,67%)
Secretaria de Assuntos Estratégicos	4,6	(1,88%)
Ministério da Educação	4,7	(1,92%)
Fundação Nacional de Saúde	76,2	(31,12%)
Ibama	10,0	(4,08%)
Secretaria do Desenv. Regional	125,7	(51,33%)

### Madeireiras armam o bote sobre o mogno das áreas indígenas na região de Altamira

As empresas madeireiras prometem liquidar o mogno das áreas indígenas da região de Altamira na próxima seca (maio/setembro). Para tanto, estão aliciando os índios com presentes, abençoados informalmente pela administração regional da Funai, como forma de garantir a reserva de mercado quando as chuvas cessarem. É o caso da Maginco que desde o final de 91 vem invadindo a AI Apiterewa dos Parakanã com barcos carregados de mercadorias que a Funai não pode mais repor aos índios por falta de recursos. Da mesma forma a empresa Tozetti está aliciando os Xikrin do Bacajá. Isso sem contar com as ações da Banach nos Arara do Iri e da Perachi que, de Tucumã, penetrou no corredor existente entre as áreas indígenas Araweté/Apiterewa e a Bacajá e está com suas estradas e pistas de pouso limpas, indicando que poderá repetir as invasões de 1987. (CEDI, 27/4/92)

### Funai encaminha mais três áreas ao Ministro

No dia 14 de abril, foram publicados no Diário Oficial, os despachos do presidente da Funai, Sidney Possuelo, de nºs 5, 6 e 7, aprovando os estudos das áreas indígenas Coatá Laranjal, Kanamari do Rio Juruá e Kulina do Médio Juruá, respectivamente. Essas áreas deverão ser analisadas pelo ministro da Justiça, Celio Borja, e, se aprovadas, serão declaradas de posse indígena, através de portaria ministerial.

A AI Coata Laranjal, com área de 805.000 ha, localiza-se em Borba, no Amazonas, onde vivem distribuídos em 13 aldeias, aproximadamente 1.800 índios Mundurucu, da família linguística Mundurucu e tronco linguístico Tupi.

A AI Kanamari do Rio Juruá, com uma superfície de 607.563 ha, está situada em Eirunepé, Itamarati e Pauini, no Amazonas. Distribuídos em sete aldeias, vivem nessa terra 500 e poucos índios Kanamari, da família linguística Katukina.

A AI Kulina do Médio Juruá, com uma superfície de 770.300 ha, está localizada em Eirunepé, IPIXUNA e Envira, no Amazonas. Vivem nessa área, em 21 aldeias, aproximadamente mil índios Kulina, da família linguística Arawá. (CEDI, 27/4/92)

## Extração ilegal de madeira pode envolver o Ibama

A descoberta de madeiras clandestinas explorando madeira dentro da reserva indígena Kadiweu, no município de Bodoquena (MS), pode revelar mais um escândalo envolvendo o Ibama. Ao ser preso pela Polícia Federal de Mato Grosso do Sul com uma declaração fria de estoque de 300 mil postes de arceira para pronta entrega, com data anterior à portaria que proíbe a extração de arceira, em vigor desde maio de 1991, o madeireiro Adão Lopes Correa acusou o superintendente adjunto do Ibama no estado, Gerson Bueno Zahdi, de receber comissões para acobertar o desmatamento na reserva e de facilitar a

comercialização. O Ministério Público quer a PF investigando o caso.

Em depoimento ao promotor público da comarca de Bonito, Aroldo José de Lima, o madeireiro disse que o diretor do Ibama teria exigido Cr\$ 11 milhões (ou 111 troncos de arceira) para emitir 10 guias de autorização para transporte, beneficiamento e comercialização de madeiras extraídas na reserva indígena e outras áreas, e também para regularizar a madeireira Marfim, de sua propriedade. A madeireira só existia no papel e funcionava na residência de Adão Correa, em Bodoquena. As guias teriam sido expedidas em junho do

ano passado tinham validade até 27 de setembro de 1993.

Com a ajuda da Base Aérea de Campo Grande, que enviou helicópteros para rastrear a área, a Polícia Florestal localizou focos de desmatamento na reserva dos Kadiweu e fazendas próximas. O comandante da Florestal, major Ângelo Rabelo, acredita que existam outras madeiras clandestinas explorando a reserva de arceira na região que é uma das maiores do país, com o envolvimento de 10 fazendeiros de propriedades vizinhas aos índios. (*Jornal do Brasil*, 14/4/92)

## Centro de Pesquisa Indígena forma sua primeira turma

No dia 8 de abril, o Centro de Pesquisa Indígena do Núcleo de Cultura Indígena, coordenado por Ailton Krenak, realizou na Embaixada dos Povos da Floresta, no bairro do Caxingui, em São Paulo, a cerimônia de formatura de cinco índios, do curso de Extensão em Biologia Aplicada, oferecido pelo Centro em convênio com a Universidade Católica de Goiás, firmado em 1989. Os formandos foram: Almir Surui, Bruno Tikuna, Carlos Krenak, Geraldo Yanomami e Gil do Tikuna. As aulas mais teóricas do curso foram ministradas no campus da Universidade Católica, ao passo que, para as aulas práticas, os

índios contaram com o sítio do Centro de Pesquisa Indígena, situado a 20 km da cidade de Goiânia, onde especialistas das áreas de biologia, veterinária e agronomia prestavam-lhes orientação.

O objetivo desta experiência foi uma tentativa de articular o saber tradicional dos povos indígenas ao conhecimento científico acumulado por instituições científicas na área de biologia aplicada. Esta combinação tem por finalidade criar alternativas para o manejo da fauna silvestre e da flora nas áreas degradadas dos territórios indígenas. Com o fim do curso os índios estudantes voltam para suas aldeias

com novos subsídios a serem aplicados segundo as necessidades de seu povo.

Esta iniciativa de Ailton Krenak reforça sua opção por "... fazer coisas pequeninhas que são compreendidas ao invés de um barulho muito grande, que confunde a cabeça e a expectativa dos outros". O projeto, ainda em fase inicial, já alcança grande repercussão. Ao final de 1991 foi apresentado pela Cal Poly State University da Califórnia, numa teleconferência mundial, como um dos cinco projetos exemplares de desenvolvimento sustentável nas Américas. (*CEDI*, 27/4/92)

## III Assembléia dos Povos Indígenas da Amazônia

Após o encerramento da III Assembléia dos Povos Indígenas da Amazônia, no dia 21 de abril, que reuniu 160 lideranças indígenas em Manaus, foi realizada uma passeata lançando a campanha pela demarcação das terras indígenas no Brasil. Na frente do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, distribuíram folhetos onde explicam item por item suas reivindicações.

"Em nenhuma das áreas indígenas, pode-se dizer que há tranquilidade, porque há invasores e ameaças de invasão em quase todas elas", diz Orlando Baré, coordenador da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), reeleito nesta assembléia.

Divulgaram ainda a carta da III Assembléia dos Povos e Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira para a Rio-92. Nesta carta, exigem sua participação nas discussões para os acordos e reafirmam a aliança dos povos indígenas com setores populares no país. Exigem também que quaisquer acordos ou tratados assinados durante a Conferência sejam submetidos a discussão e decisão dos povos indígenas e setores populares diretamente afetados por suas consequências, e sejam limitados por instrumentos jurídicos internacionais já existentes como a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, e pelo capítulo relativo aos povos indígenas da Constituição Brasileira. (*A Crítica-AM*, 21/4/92)

## Garimpeiros no Yanomami: círculo vicioso

Garimpeiros continuam invadindo o território Yanomami em Roraima. Quando decidem sair da área, basta se apresentarem num posto da Funai, onde conseguem alimentação e transporte grátis para retornar a Boa Vista. É o que informa um funcionário da Funai que acaba de sair da área indígena.

É fato que a operação retirada da Funai e PF deu resultados no atacado, em 1990/91. No momento, entretanto, há um verdadeiro círculo vicioso de invasões, com a participação dos órgãos oficiais que deveriam proteger a área. Ninguém sabe ao certo o número de invasores. Mas o certo é que a situação de saúde e nutrição entre os Yanomami, cujas áreas foram invadidas, é péssima. (*CEDI*, 27/4/92)

## Trabalhadores se mobilizam a favor do acordo com montadoras

Primeiro foram os metalúrgicos de São José dos Campos, depois os de São Bernardo a se colocarem a favor do acordo entre sindicatos, patrões e governo, firmado em Brasília a 27/3, que entre outras coisas reduziu o preço dos carros em 22%.

**São José dos Campos** - A 14/4, assembléia geral da categoria aprovou o acordo, selando a participação do único dos 15 sindicatos de metalúrgicos cutistas que, até então, se recusava a participar.

De olho na reposição de 157%, na manutenção do nível de emprego e garantia de salário até 30/6 e nos reajustes mensais segundo média dos índices da Fipe e Dieese, os trabalhadores forçaram sua direção

sindical a recuar da posição de negar o acordo.

Sempre disposta a denunciar "vacilos" de direções pretensamente "reformistas" ou a apontar "atropelos" dessas direções por suas bases, a tendência sindical Convergência Socialista, de orientação trotskista, a que pertence o presidente do sindicato, mudou o discurso, afirmando a obrigação de "engolir esse sapo para manter a unidade". Resta saber se é a unidade cutista que foi negada desde o primeiro momento, ou se é a unidade do sindicato com sua base.

**Protesto** - Como havia noticiado a edição anterior de ACONTECEU, os metalúrgicos do ABC es-

tão dispostos a reagir contra aumento nos preços dos carros em defesa do poder de consumo da população. Na manhã de 14/4, em protesto contra o aumento no preço dos carros da Autolatina, *holding* que administra a Volkswagen e a Ford, os trabalhadores da unidade Volkswagen do Brasil (São Bernardo do Campo) ocuparam a Via Anchieta. O protesto foi organizado pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema. Dez mil pessoas participaram do ato, que começou com uma assembléia com o pessoal do turno do dia e que se decidiu pelo ato de protesto em detrimento da greve, considerando esta última uma medida prematura. (CEDI, 26/4/92)

### Ministro sem trabalho

*Se pelas circunstâncias que levaram à exumação da pasta do Trabalho já era o caso de olhar atravessado, a entrevistada do titular João Mellão (...) transformou suspeitas em certezas. Criou-se tão somente um penduricalho para suprir vazios nos arranjos fisiológicos.*

*Beira o patético a maneira como o ministro encara sua função. Com atraso, Mellão agarra o mote primeiro-mundista, coqueluche do início do governo Collor: "O ministério (...) vai desempenhar o mesmo papel que desempenha nos países desenvolvidos, onde eles cuidam de todos os assuntos, menos arbitrar questões salariais".*

*(...) O mínimo a deduzir é que o ministro padece de dificuldades geográficas. Como vai atuar igual aos similares das nações desenvolvidas num país como o Brasil, onde a principal preocupação do trabalhador é com um salário (...) aviltante?*

*Mellão não se abala. Tolice avisar que seu gabinete é em Brasília, não em Genebra (...): salário não é com ele.*

*(...) De toda maneira, Mellão revela o que pensa. "O salário mínimo ser maior ou menor é só uma questão de referência estatística", diz. Que perdoe o ministro, mas pode ser isso só para ele. Seria interessante observar a reação de uma assembléia sindical ou uma reunião de aposentados ao se depararem com semelhante enfoque.*

*(...) Impossível evitar um conselho ao ministro: aproveite o rótulo do cargo para descobrir alguma coisa com que se ocupar até a próxima reforma. Porque um responsável dessa área que no Brasil não se interessa por salário, sonha que está na Europa ou EUA e defende idéias tão surrealistas decididamente equivale a um ministro sem trabalho. (Ricardo Melo/Folha de S.Paulo, 26/4/92)*

### Prosseguem intensas as demissões na indústria paulista

A indústria paulista continua demitindo em ritmo acelerado. Na segunda semana de abril, 4.117 trabalhadores perderam seu emprego conforme pesquisa da Fiesp, elevando o número de demitidos deste mês a 11.483, montante um pouco menor do total de dispensas de março (12.782). O total de demissões desde o início do ano chega a 75.455.

"O resultado foi pior do que eu imaginava. Acreditava que caminhávamos para a estabilidade do nível de emprego. Mas teremos uma taxa negativa no final do mês. Houve uma postergação da retomada", resignou-se o diretor do Departamento de Estatística da Fiesp, Horácio Piva.

Nem o movimento da Páscoa salvou os trabalhadores das demissões. A saída, para ele, parece ser a reativação do mercado interno com o aumento do salário mínimo: "Com o novo salário mínimo de maio as pessoas vão gastar por conta e poderemos chegar à estabilidade", estancando-se então uma onda de demissões que, segundo a Fiesp, deveria ter se restringido ao primeiro trimestre do ano e não ter ultrapassado o número de 60 mil. Por quê, então, esperou pelo governo? (CEDI, 27/4/92; Folha de S.Paulo, 23/4/92 e Diário Popular, 23/4/92)

### Trabalhador perde com FGTS

Se um trabalhador depositasse as contribuições do FGTS numa caderneta de poupança nos últimos dez anos, teria hoje um saldo cerca de 16% maior que o proporcionado pelo Fundo. O rendimento maior da poupança seria suficiente para garantir um ou dois salários a mais na hora de sacar o Fundo.

O baixo rendimento do Fundo, criado em 64 em substituição à es-

tabilidade no emprego, se justifica por sua função social. Pagando apenas 3% de juros anuais pelo dinheiro que recolhe compulsoriamente dos salários, ele é fonte de recursos baratos para habitação, saneamento e infra-estrutura. O problema é que essa atribuição transformou-se em instrumento de clientelismo político, quando não de corrupção. (Folha de S.Paulo, 26/4/92)

## ABC se projeta nacionalmente e provoca debate

O acordo sobre indústria automobilística, fechado entre sindicatos, patrões e governo, continua em questão. Além de setores sindicais, tal como Convergência Socialista e Força Sindical, que criticaram as negociações, mas depois aderiram, o acordo desperta debate nos partidos.

**PT** - No jornal do Partido dos Trabalhadores, *Brasil Agora* (13 a 26/4/92), o economista Carlos Eduardo Carvalho, levanta vários questionamentos. Apresentando a dicotomia "triunfo histórico" ou "acordo defensivo", Carvalho afirma que o documento firmado em Brasília não menciona o que está sendo negociado, portando "silêncios".

De saída, Carvalho diz que o acordo não traz medidas modernizadoras para a indústria automobilística, perguntando se este "silêncio" não seria um "triunfo" patronal. De fato, o acordo não negocia o futuro, apenas evita o colapso do setor no presente, deixando em aberto (e a ser disputado) o próximo round das negociações.

O Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema (SMSBCD) não entrou desavisado nas negociações da câmara setorial, estando munido de um estudo do Dieese chamado *Reestruturação do complexo automotivo brasileiro - as propostas dos trabalhadores*. Esse estudo propõe redução nos preços, incentivo aos carros populares, utilitários e coletivos, condicionamento das exportações ao fortalecimento dos salários e do mercado interno, política de importações e financiamento, metas para retomada da produção e do nível de emprego e recuperação salarial. Não por acaso, 16 das 20 propostas consensuais entre 78 itens discutidos foram apresentadas pelo Sindicato.

**Transparência** - Carvalho insinua que o SMSBCD capitulou ao aceitar o jogo patronal de "menos

impostos e mais salários", "trocando impostos por empregos e salários". Deve ser observado, porém, que quem aceitou redução nos impostos foram os governos federal e estadual (SP e MG), e que os trabalhadores não perdem nada com isso. Difícil é convencê-los de que não perdem nada quando, dos US\$ 12 mil gastos anualmente com o metalúrgico, US\$ 6 mil ficam com o Estado e os encargos sociais.

Reclama Carvalho que "para o segmento de tratores, caminhões e ônibus, fala-se apenas de redução de impostos, mas não de preços". É uma matéria que questiona silêncios, mas que os deixa pelo caminho, pois no parágrafo cinco do acordo (exatamente sobre veículos rodoviários e agrícolas) está escrito que depois de reduzidos os impostos, "os preços serão proporcionalmente reduzidos".

Prosegue o triunfo patronal e os trabalhadores abrem um "precedente perigoso" ao adiarem a data-base e, além disso, capitulam de novo quando "a reposição das perdas salariais ficou fora do acordo". Novo silêncio. De fato, "a proposta assinada silencia a respeito" das perdas salariais. Mas, na mesa de negociações, a luta pela reposição não ficou de fora. Como noticiou a edição passada de ACONTECEU, os trabalhadores esperaram até se posicionarem em definitivo. E, note-se, não saíram perdendo. No dia 7/4, a Fiesp entendeu-se com os metalúrgicos da CUT, concedendo 157% de reajuste salarial, índice que não está distante dos 220% requisitados se levarmos em conta que os trabalhadores estão sendo açoitados por demissões e férias coletivas e que receberão, já em abril, 107% a mais nos salários.

Também não é a primeira vez que os metalúrgicos de São Bernardo e Diadema aprovam "precedentes perigosos". Em 78, eles não incluíram reivindicações salariais na

data-base porque consideravam o dissídio uma "farsa". Em 86, o SMSBCD recusou-se a assinar um acordo com os patrões pois o considerava "vergonhoso". Em 90, com a economia paralisada pelo plano Collor 1, adiou-se a data-base. Nem por isso não houve greve. Na época foi usada a greve estratégica, uma tática inovadora que arrancou conquistas aos patrões. O procedimento, portanto, não é nem precedente nem perigoso. No ABC, costuma-se dizer que quem pode mais chora menos. É esperar para ver.

Aliás, o fundamental ainda está por vir. Não só o contrato coletivo é a principal conquista social, econômica e organizativa (pois contempla questões salariais, condições de trabalho e direitos sindicais nas fábricas) como também ficou demonstrado que a câmara setorial da indústria automobilística funciona, gabaritando-se como fórum de negociação do futuro da indústria automobilística.

Mas Carvalho conclui que o acordo é um "recoo calculado", pois "o que foi dado em troca parece demasiado". Será? Se levarmos em conta os silêncios de Carvalho, a situação muda de figura, e aí o que lhe parece um paliativo (a manutenção do nível de emprego e a garantia de salário por três meses, além do contrato coletivo) tornam-se conquistas em plena recessão.

Como de hábito, ACONTECEU não vem a público para julgar os trabalhadores ou defender as lideranças sindicais, mas vem para informar ao leitor que, embora eles não usem *black-tie*, eles não querem vestir farrapos. Desde que Collor assumiu, 27.425 postos de trabalho foram fechados em São Bernardo e Diadema. É como se a Volkswagen Brasil, a maior fábrica de automóveis do país, tivesse sido fechada. Para os trabalhadores, o pior não é melhor. (CEDI, 26/4/92)

### Fogo cruzado

■ "A leitura do único documento assinado em Brasília causa espanto pelo tratamento vago e genérico dispensado a problemas tão complexos." (Carlos Carvalho)

■ "Esse acordo prejudica os trabalhadores e quem ganha são as montadoras. Vicentinho parece ter

aderido ao sindicalismo de resultados." (Toninho, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, filiado à CUT)

■ "Este acordo não beneficia os trabalhadores. Falta transparência." (Cidão, presidente do Sindica-

to dos Metalúrgicos de São Caetano do Sul, filiado à Força Sindical)

■ "Muitos de nós fomos expulsos da terra e tocados para a cidade. Agora querem nos expulsar das fábricas e nos jogar no mercado informal. Vamos ficar de braços cruzados?" (Vicentinho)

## Apenas três unidades estão funcionando

O projeto dos Ciacs já foi transferido do Ministério da Saúde para o da Educação e vem sendo discutido há um ano, mas até agora só três unidades estão em funcionamento no país - duas no Distrito Federal e uma no Rio de Janeiro - e duas fábricas foram montadas no Nordeste: em Arapiraca (AL) e em Mossoró (RN). A pretensão do governo federal é investir US\$ 2 bilhões na construção de 900 Ciacs na região, em quatro anos.

Os representantes das pastas da Educação e Planejamento dos estados nordestinos e de Minas Gerais mostraram dúvidas em relação ao projeto e a disposição de apresentar

propostas diferenciadas da do governo federal, durante a primeira reunião para definir a implantação dos Ciacs na região. Na ocasião, foi levantado o problema da manutenção dessas unidades, a cargo dos governos estaduais e municipais. Diante do volume das despesas, os secretários defenderam a participação da União no custeio das atividades, responsável até então pelo financiamento das construções.

Feira de Santana (BA), Teresina (PI), Recife (PE) e Juazeiro do Norte (CE) são as próximas cidades a receber Ciacs. Segundo o secretário-executivo do Ministério da Educação, Antonio de Souza Tei-

xeira Júnior, as fábricas levam três meses para iniciar a produção e os Ciacs nordestinos cinco meses para serem contruídos.

O presidente Collor havia proclamado a entrega de 5 mil Ciacs ao fim do seu mandato, meta que já foi drasticamente reduzida. O coordenador de planejamento e gestão dos Ciacs, José Alufio Ferreira Lima, justificou a redução com a ampliação da área física e da clientela a ser atendida. A capacidade de atendimento passou de 750 para duas mil crianças em cada unidade, e a área construída de 4,5 mil para 6 mil metros quadrados. (*Diário de Pernambuco/PE*, 15/4/92)

## Projeto é prioridade do orçamento de 93

A construção de 1.100 Ciacs deverá ser incluída entre os gastos prioritários do orçamento da União para 1993. A meta está prevista no projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) enviado pelo governo recentemente ao Congresso.

A Lei estabelece os critérios para a montagem do orçamento do próximo ano. Esta é a primeira vez que uma Lei de Diretrizes Orçamentárias define claramente as me-

tas prioritárias do exercício financeiro do ano seguinte.

Em 6 de abril, o Palácio do Planalto encaminhou às lideranças dos partidos uma versão do seu Plano de Metas, com número previstos para 1993 e 1994, a partir do qual pretende negociar a adesão dos políticos à administração Collor. O documento prevê a volta do crescimento do PIB, com taxa de 3% em 93 e de 5% a partir de 94. O plano define cinco áreas prioritárias de política econômica e social, das

quais a primeira é *educação, ciência e tecnologia*, abrangendo ações integradas voltadas para crianças e adolescentes, melhoria da qualidade da educação básica e capacitação científica e tecnológica. Nesse item está prevista a construção de 2.970 Ciacs, o atendimento a 3.295 mil crianças em creches e pré-escolas, distribuição de 85 milhões de livros e construção de 3.162 escolas. (*Folha de S.Paulo*, 17/4/92; *Jornal do Brasil*, 7/4/92)

## Mapeamento visa evitar uso político

A cordenação do *Projeto Minha Gente* (Ciacs) está usando dados do novo censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para checar as áreas que realmente necessitam dos Ciacs. A intenção é evitar a sua localização inadequada com fins políticos. Segundo o coordenador do projeto, José Alufio Ferreira Lima, as prefeituras já enviaram mais de cinco mil pedidos, a maioria recusada por problemas no terreno e por não haver necessidade de Ciacs na área. Só 170 pleitos chegaram a ser atendidos.

Com os números oficiais do IBGE será feito um novo mapeamento da demanda por Ciacs no Brasil. Serão levados em conta a procura por escola, o número de crianças atendidas, as incluídas no

turno intermediário e a necessidade de serviços de saúde, cultura e esportes em cada município. Pelas estimativas do censo anterior (1980), já defasado, 517 municípios com mais de 20 mil habitantes precisariam de 5.627 Ciacs.

O cronograma de entrega dos Ciacs é: 9 em abril, 19 em maio, 28 em junho e 55 em julho. "Vamos conseguir atingir a meta de construção de 400 Ciacs este ano", garante, otimista, o coordenador. Isso depende, porém, da liberação de US\$ 2,3 bilhões, valor aprovado pelo Congresso para o programa em 1992. O Tesouro só liberou até hoje Cr\$ 1,3 trilhão (cerca de US\$ 590 milhões). Os repasses são trimestrais. (*Correio Braziliense*, 12/4/92)

## São Paulo terá verbas se aceltar Ciacs

A prefeitura de São Paulo poderá ter recursos do orçamento dos Ciacs, se essa proposta educacional for aproveitada, pelo menos parcialmente, na reforma e construção de novas escolas municipais. Essa foi a contraproposta apresentada pelo ministro da Educação, José Goldemberg, à prefeita Lufza Erundina, depois de negar, "por falta de disponibilidade", a liberação para São Paulo de Cr\$ 125 bilhões da cota municipal do salário educação. Quanto aos recursos federais (Cr\$ 2,9 bilhões), Erundina recebeu a promessa de que eles poderão ser liberados até o final do semestre. (*O Estado de São Paulo*, 10/4/92)

# Pais garantem vaga mas falta a "escola"

*Se o início do ano foi quase um pesadelo para muitos pais, devido às longas filas para fazer a matrícula e à falta de vaga nas escolas públicas, os primeiros meses de aula não trouxeram o tão ansiado sossego. Em diversos estados as cenas se repetem: falta de professores, de carteiras escolares, instalações precárias, atraso dos livros didáticos e da merenda. Assim, apesar da vaga garantida, falta a "escola".*

**Rio de Janeiro** - Mais uma vez o ano letivo nas escolas municipais se iniciou com falta de professores e excesso de problemas nas escolas. De acordo com o levantamento parcial feito pelo Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação (Sepe), entre dezembro e fevereiro, 108 das 998 escolas municipais tinham carência de 708 professores em sala para o começo das aulas. As demais não responderam o questionário enviado pela entidade.

Na Barra da Tijuca, os pais de alunos resolveram se organizar para salvar a escola pública: formaram comissões que visitam com frequência os Distritos de Educação e Cultura (DECs) e a Secretaria de Educação, cobrando urgência na solução dos problemas.

Com abertura neste ano de mais de 2 mil novas vagas nas escolas municipais da Barra, a falta de professores e de funcionários de apoio se acentuou. Não há carteiras nem salas em número suficiente para atender aos novos alunos. Na escola Albert Einstein, o número de alunos pulou da casa dos 500 para além dos mil. Dos cerca de 550 novos matriculados, 70% vieram de escolas particulares. (Tânia Neves/O Globo, 13/4/92)

**Florianópolis** - O colégio estadual Ildelfonso Linhares, no bairro Carianos, encontrou um método para resolver a superlotação da escola: com a falta de salas de aula para os 500 alunos, a diretoria implantou um novo horário de aula, além dos três turnos normais. Assim, duas turmas - uma 2ª e uma 4ª série - estão tendo aulas das 11h às 14h30. "Foi a única maneira que encontramos para não deixar nenhuma criança sem aula. A Secretaria da Educação nos obriga a matricular quem nos procurar, mas não libera recursos para construir novas salas", explica uma professora. (O Estado/SC, 17/4/92)

**Maceió** - A diretora do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Alagoas (Sintecal), Lenilda Aureliano, denunciou que o ano letivo de 92 está seriamente comprometido pela lentidão das reformas nas escolas públicas e por falta de mobiliário escolar. "Esse problema é extensivo ao interior do estado, onde muitos estudantes estão frequentando às aulas em forma de rodízio, por falta de estrutura", afirma Lenilda. (Gazeta de Alagoas/AL, 11/4/92)

**Manaus** - Crianças estudando em corredores, salas com excesso de alunos (cerca de 70 em cada uma), falta de material escolar e uma superlotação nos colégios são alguns dos problemas que os professores e estudantes da rede pública estadual estão enfrentando desde que o ano letivo iniciou. De acordo com o vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Amazonas (Sinteam), o estágio atual do ensino público no estado é o reflexo da atuação "desastrosa" do professor Orígenes Martins à frente da Secretaria Estadual de Educação. (A Crítica/AM, 11/4/92)

**Brasília** - A cerca de dois meses do início do ano letivo, as escolas da rede pública, principalmente nas áreas periféricas como Samambaia, Brazlândia, Gama e Ceilândia, ainda têm um déficit de 236 professores. A Fundação Educacional do DF já convocou 1.409 professores aprovados em concurso público, realizado no final do ano passado, mas apenas 779 compareceram e 691 tomaram posse, assumindo o trabalho em sala de aula. (Luiza Damé/Jornal de Brasília/DF, 10/4/92)

## Professores apontam causas do fracasso escolar

Os professores que educam os estudantes de 1º grau no Brasil não se sentem responsáveis pelos fracassos dos alunos. Eles preferem creditar o baixo desempenho das crianças aos problemas econômicos do país e ao insucesso dos pesquisadores em educação em achar soluções. Os dados foram levantados pelo Ministério da Educação (MEC), que ouviu 11,1 mil professores entre novembro de 1990 e fevereiro de 1991, em 14 estados.

A análise dessas informações constam do relatório preliminar do Sistema de Avaliação do Ensino Público de 1º Grau. O estudo levantou dados sobre a eficiência da escola e também ouviu professores e

diretores sobre sua visão dos problemas educacionais.

Apenas 5% dos educadores relacionaram o fracasso escolar ao próprio despreparo. E 4% escolheram a alternativa do questionário que sugeria que o fracasso escolar "faz parte da rotina natural das escolas, onde, como na saúde, alguns doentes curam e outros não". Eles também apontaram como fatores mais importantes para o insucesso estudantil a "miséria da população", o desinteresse dos alunos e a falta de apoio da família dos alunos. Para o MEC, isso reflete "baixa visibilidade" dos problemas da escola. (O Estado de S.Paulo, 20/4/92)

## Reprovação diminui em São Paulo

A rede municipal de ensino de São Paulo teve, no ano passado, o menor índice de reprovação da última década: 12,3% no 1º grau. Em 1990, o índice de reprovação na rede municipal foi de 18,69%. A reprovação na primeira série do 1º grau em 1991 ficou em 22%, enquanto a média no país é de 50%. (Folha de S.Paulo, 14/4/92)

### O encanto está ausente

A última edição da revista Tempo e Presença é dedicada ao tema da Juventude. A publicação estabelece uma sintonia com a campanha da fraternidade deste ano, acrescentando alguns assuntos para aqueles que estão refletindo sobre o tema.

Faça seu pedido ao setor de distribuição — tel. (011) 825-5544

## Índios marcham pelos Andes pedindo a sua terra

Para reclamar seus direitos sobre a *Pachamama*, a "mãe terra" de seus ancestrais, milhares de índios do Equador, vestindo trajes de guerra, marcharam até Quito e no dia 23/4 acamparam num parque no centro da cidade. Dizem que não sairão do local até que o governo lhes conceda todos os direitos sobre o território da província de Pastaza, uma área de 20 mil km<sup>2</sup> na Amazônia, próxima à fronteira peruana.

A marcha pela terra começou em Puyo, capital da província de Pastaza, em 10/4. Foram 13 dias de percurso, 240 km a pé, na densidade da floresta e em seguida pelas

íngremes trilhas que sobem a Cordilheira dos Andes. Foi uma caminhada duríssima. Caciques e pajés abriam caminho, atrás deles uma longa fila de homens e muitas mulheres com seus filhos recém nascidos: 2.500 ao todo. "Estamos aqui porque nossos ancestrais faziam a mesma coisa, caminhavam para defender seus territórios", diziam eles, referindo-se às muitas peregrinações realizadas no início do século para tentar convencer o governo a respeitar seus direitos. Mas, à diferença do que acontecia no passado, desta vez parece que os índios conseguirão obter resultados.

Nos últimos anos a questão indígena tornou-se um assunto politicamente "quente" no Equador. Já em 1990 os nove povos indígenas do país - 3 milhões de pessoas ao todo - começaram uma longa luta pelo reconhecimento de seus territórios. Na verdade, a questão é essencialmente econômica, pois o subsolo dos territórios indígenas é rico em petróleo, uma das principais fontes econômicas do Equador. A sorte dos 100 mil índios dos povos Shuar, Shiwiar e Quichua que vivem em Pastaza é que seu território não é tão rico em petróleo como outros. (CEDI, 27/4/92)

## Jornal denuncia envolvimento do narcotráfico no golpe do Peru

Para justificar o golpe de estado perante a comunidade internacional, o presidente peruano, Alberto Fujimori alegou a necessidade de moralizar as instituições do país e de endurecer a luta contra o narcotráfico. Mas segundo as denúncias publicadas pelo jornal norte-americano *Miami Herald*, o próprio presidente estaria realizando o movimento oposto. Conforme o divulgado, Valdimiro Montesinos, um assessor presidencial que tem ligações com os narcotraficantes, teve um dos papéis principais no "autogolpe" peruano. Ressurge assim o fantasma dos cartéis da droga influenciando fortemente a cúpula do governo peruano. O assessor ajudou Fujimori na época da campanha eleitoral, liberando-o e à sua mulher de pesadas acusações fiscais sobre transações imobiliárias.

Montesinos vem usando sua in-

fluência com o presidente para, por exemplo, substituir oficiais de polícia honestos por outros ligados ao narcotráfico. Segundo juristas de relevo, ele estaria dirigindo a mais profunda varredura no poder judiciário dos últimos 30 anos. Fujimori afastou nada menos que 13 dos 23 juizes da Corte Suprema, mas entre os que foram mantidos no cargo há no mínimo dez que são suspeitos de ligações com os narcotraficantes. Um dos afastados é Guillermo Cabala, um juiz cuja integridade está acima de qualquer suspeita, mas que teve um atrito com Montesinos no ano passado, quando este tentava ordenar o silêncio de um jornal.

"Depois desta reforma, o Judiciário estará totalmente submisso ao Executivo", disse o juiz Cabala, "e por Executivo eu quero dizer Valdimiro Montesinos". Montesinos foi expulso pelo exército peru-

no em 1976, quando era capitão, sob acusação de ter vendido segredos militares para a CIA. Mais tarde, como advogado, especializou-se na defesa de narcotraficantes. Já em 1990 o porta-voz de Fujimori negou que houvesse uma assessoria de Montesinos e o próprio presidente declarou à imprensa que Montesinos nada mais era do que seu advogado pessoal. Hoje o cargo oficial de Montesinos, segundo as declarações do ministro do Exterior, é de assessor do Sistema de Inteligência Nacional (SIN). Nos últimos meses, ele vem ajudando Fujimori na manipulação de promoções dentro do Exército, instalando em postos chaves oficiais de confiança do atual governo, prontos a responder às ordens da presidência, inclusive quando estas ordens trataram de dissolver a Constituição peruana. (CEDI, 27/4/92)

### Aconteceu

CEDI — Centro Ecumênico de Documentação e Informação  
Rua Santo Amaro, 129 — 22211 — Rio de Janeiro — RJ  
Av. Higienópolis, 983 — 01238 — São Paulo — SP

PORTE PAGO  
DR/RJ  
ISR - 52-655/87

